

DOCUMENTAÇÃO

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: FSP (Ciência)

Data: 20/4/2001 Pg. 18

Class.: 109

## FLORESTAS *Projeto reduziria reservas na Amazônia em até 80%*

# Ambientalistas criticam texto da nova proposta de Código Florestal

CLAUDIO ANGELO

DA REPORTAGEM LOCAL

Depois de quase um ano de armistício, a sombra da motosserra volta a pairar sobre a Amazônia. O deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR) voltou a apresentar esta semana o anteprojeto de lei que permite o corte de até 80% da floresta, provocando reações de organizações não-governamentais e do governo.

O anteprojeto, que deverá ser votado em plenário no Congresso no dia 9 de maio, substitui a Medida Provisória 2.080, transformando-a em lei —o novo Código Florestal Brasileiro.

A MP, publicada originalmente em 96 e já na sua 61ª edição, aumenta a área de reserva legal (que não pode ser desmatada) nas propriedades rurais da região amazônica de 50% para 80%. Esse aumento desagradou a bancada ruralista do Congresso, que, desde então, vem tentando reduzi-la.

Ela quase conseguiu em maio do ano passado, quando um anteprojeto do mesmo Micheletto foi

aprovado na Comissão Parlamentar Mista encarregada do assunto. Uma intervenção de última hora do governo, depois de pressão de ONGs e da opinião pública, evitou que o projeto fosse aprovado pelo Congresso.

Micheletto, relator da comissão, apresentou esta semana um substitutivo ao anteprojeto derrotado, que está em fase de discussão pública em audiências realizadas no Acre (ontem), em Rondônia (hoje) e no Paraná (terça-feira que vem). O novo texto, no entanto, vem recebendo críticas dos ambientalistas. "Na verdade ele pode tornar as coisas ainda piores", disse à Folha o advogado André Lima, assessor jurídico do ISA (Instituto Socioambiental).

Uma análise do anteprojeto feita pelo ISA afirma que a nova proposta permitirá fixar a reserva legal de floresta em 20% em seis Estados da Amazônia, caso o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que define o uso do solo em cada área (quais atividades econômicas podem ser praticadas em quais lugares da região), não

seja feito até três anos depois da publicação do Código Florestal.

Para os ambientalistas, como os do ISA e do Greenpeace, a lei estimularia os Estados que ainda não fizeram o zoneamento a não fazê-lo, para poder desmatar mais.

Outro ponto criticado pelas ONGs, que lançaram anteontem uma campanha para impedir que as mudanças no código ampliem o desmatamento, é o fato de que o novo texto desobriga os pequenos proprietários de recuperar suas áreas de preservação permanente. Segundo Lima, em Estados de Mata Atlântica, como Paraná e Santa Catarina (onde pequenas propriedades são a maioria), isso é um "retrocesso sem precedentes" na política de conservação.

O governo federal também reagiu à nova proposta. "Aprimoramentos na MP são bem-vindos, mas o governo não abre mão de manter a reserva legal em 80%", disse ontem o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. "O zoneamento é bom, mas nenhuma medida pode ser usada como pretexto para burlar a lei."